

POLÍTICA DE INVESTIMENTOS 2018
GUARUJÁ PREVIDÊNCIA

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	4
2	OBJETIVO	4
3	CENÁRIO ECONÔMICO – 1º SEMESTRE 2017	6
3.1	INTERNACIONAL	6
3.2	INTERNACIONAL – PERSPECTIVAS 2º SEMESTRE 2017	8
3.3	CENÁRIO NACIONAL	11
3.4	CENÁRIO NACIONAL – PERSPECTIVA 2º SEMESTRE 2017.....	16
3.5	EXPECTATIVAS DE MERCADO	19
3.6	EXPECTATIVAS DAS ENTIDADES.....	20
4	ALOCAÇÃO ESTRATÉGICA DOS RECURSOS	22
4.1	SEGMENTO DE RENDA FIXA.....	24
4.2	SEGMENTO DE RENDA VARIÁVEL E INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS.....	24
4.3	ENQUADRAMENTO.....	24
4.4	VEDAÇÕES.....	25
5	META ATUARIAL	26
6	ESTRUTURA DE GESTÃO DOS ATIVOS.....	27
6.1	GESTÃO PRÓPRIA.....	27
6.2	ÓRGÃOS DE EXECUÇÃO	27
7	CONTROLE DE RISCO	28
7.1	CONTROLE DO RISCO DE MERCADO	29
7.2	CONTROLE DO RISCO DE CRÉDITO	29
7.3	CONTROLE DO RISCO DE LIQUIDEZ	30
8	POLÍTICA DE TRANSPARÊNCIA.....	30
9	CRITÉRIOS PARA CREDENCIAMENTO	31
9.1	PROCESSO DE SELEÇÃO E AVALIAÇÃO DE ESTORES/ADMINISTRADORES	31
10	PRECIFICAÇÃO DE ATIVOS	33
10.1	METODOLOGIA.....	33
10.2	CRITÉRIOS DE PRECIFICAÇÃO	33
10.2.1	TÍTULOS PÚBLICOS FEDERAIS	33
10.2.2	FUNDOS DE INVESTIMENTOS	34
10.2.3	TÍTULOS PRIVADOS.....	35
10.2.4	POUPANÇA.....	35

10.3	FONTES PRIMÁRIAS DE INFORMAÇÕES.....	35
11	CONTROLES INTERNOS.....	36
12	DISPOSIÇÕES GERAIS.....	38

1 INTRODUÇÃO

Atendendo à Resolução do Conselho Monetário Nacional - CMN nº 3.922, de 25 de novembro de 2010, alterada pela Resolução CMN nº 4.392, de 19 de dezembro de 2014 e pela Resolução CMN nº 4.604, de 19 de outubro de 2017, doravante denominada simplesmente "Resolução CMN nº 3.922/2010", o Comitê de Investimentos e a Diretoria Executiva da GUARUJÁ PREVIDÊNCIA, apresenta sua Política de Investimentos para o exercício de 2018, aprovada por seu órgão superior competente.

A elaboração da Política de Investimentos representa uma formalidade legal que fundamenta e norteia todos os processos de tomada de decisões relativo aos investimentos dos Regimes Próprios de Previdência Social – RPPS's, empregada como instrumento necessário para garantir a consistência da gestão dos recursos em busca do equilíbrio econômico-financeiro.

Os fundamentos para a elaboração da presente Política de Investimentos estão centrados em critérios técnicos de grande relevância. Durante sua composição foram realizadas várias pesquisas, inclusive reuniões com variadas instituições para conhecer diferentes estratégias e perspectivas, bem como avaliar os diversos cenários que estão sendo considerados para constituir suas carteiras de fundos de investimentos.

Ressalta-se que o principal a ser observado, para que se trabalhe com parâmetros sólidos, é aquele referente à análise do fluxo de caixa atuarial da entidade, ou seja, o equilíbrio entre ativo e passivo, levando-se em consideração as reservas técnicas atuariais (ativos) e as reservas matemáticas (passivo) projetadas pelo cálculo atuarial.

2 OBJETIVO

A Política de Investimentos da GUARUJÁ PREVIDÊNCIA tem como objetivo estabelecer as diretrizes às aplicações dos recursos garantidores dos pagamentos dos segurados e beneficiários do regime, visando atingir a meta atuarial definida para garantir a manutenção do seu equilíbrio econômico-financeiro e atuarial, tendo sempre presentes os princípios da boa governança, da segurança, rentabilidade, solvência, liquidez, transparência, motivação e adequação à natureza de suas obrigações e transparência.

A Política de Investimentos tem ainda, como objetivo específico, zelar pela eficiência na condução das operações relativas às aplicações dos recursos, buscando

alocar os investimentos em instituições que possuam as seguintes características: **solidez patrimonial, experiência positiva no exercício da atividade de administração e gestão de grandes volumes de recursos e em ativos com adequada relação risco X retorno.**

Para cumprimento do objetivo específico e considerando as perspectivas do cenário econômico, a política estabelecerá a modalidade e os limites legais e operacionais, buscando a mais adequada alocação dos ativos, à vista do perfil do passivo no curto, médio e longo prazo, atendendo aos requisitos da Resolução CMN nº 3.922/2010.

Os responsáveis pela gestão da Guarujá Previdência têm como objetividade a contínua busca pela ciência do conhecimento técnico, exercendo suas atividades com boa fé, legalidade e diligência; zelando pelos elevados padrões éticos, adotando as melhores práticas que visem garantir o cumprimento de suas obrigações.

3 CENÁRIO ECONÔMICO – 1º SEMESTRE 2017

3.1 INTERNACIONAL

De acordo com a agência europeia de estatísticas, Eurostat, a economia da zona do euro, composta por 19 países, evoluiu 0,6% no primeiro trimestre de 2017, em relação ao anterior e 1,9% na comparação anual. Foi o melhor desempenho desde o primeiro trimestre de 2015. O consumo das famílias contribuiu com 0,2 ponto percentual e a formação bruta de capital fixo com 0,3 ponto. Em base anualizada, o crescimento foi de 2,3%.

Entre as economias mais importantes do bloco econômico, a da Alemanha cresceu 0,6%, na base trimestral e 1,7% na anual, a da França 0,5% e 1,1%, a da Itália 0,4% e 1,2% e da Espanha 0,8% e 3%, respectivamente. Já a economia do Reino Unido, membro da União Europeia – UE, cresceu 0,2% no primeiro trimestre, em relação ao anterior e 2% na comparação anual.

Quanto ao desemprego na zona do euro, a taxa ficou em 9,1% em junho. Na Alemanha ele foi de 3,8%, nova mínima histórica, na Espanha 17,22% e na Itália de 11,1%, nesse mês. Na França foi de 9,6% em março.

Em junho, os preços ao consumidor tiveram alta de 1,3% na base anual, depois de terem quase encostado na meta de 2%, do BCE, três meses antes. Assim, seguindo em sua luta para evitar a tão temida deflação, o Banco Central Europeu, em sua reunião no início de junho, manteve a taxa básica de juros em 0% e a de depósitos bancários em -0,4%, bem como o seu programa de estímulos monetários quantitativos, reduzido de €80 bilhões para €60 bilhões mensais, a partir de abril.

Foi de 1,4% o crescimento da economia americana no primeiro trimestre de 2017, em taxa anualizada. Desde o segundo trimestre de 2016, foi a menor taxa de expansão. Além dos gastos dos consumidores, responsáveis por quase 70% da economia americana, o salto nas exportações contribuiu para o resultado.

Já com relação à Política, o governo de Donald Trump vem demonstrando não ter capacidade política de cumprir sua agenda e vem acumulando derrotas. Uma delas, ainda em julho, foi a rejeição, pelo Senado americano, da reforma do sistema de saúde e a

outra refere-se à aprovação pelo Congresso de sanções econômicas contra a Rússia devido ao suposto envolvimento do país na eleição americana.

O mercado de trabalho continuou bastante forte. Em junho, 222 mil novos postos de trabalho não rural foram criados, quando o esperado eram 174 mil. A taxa de desemprego, de 4,3% em maio, subiu para 4,4% em junho, com maior número de pessoas procurando emprego.

Em sua reunião, em meados de junho, o comitê de política monetária do FED, o banco central americano, decidiu pela segunda vez neste ano elevar a taxa básica de juros, desta feita da banda entre 0,75% e 1% para 1% e 1,25% a.a. Na ata, as autoridades do FED mostraram-se divididas sobre o cenário para a inflação, ainda abaixo da meta de 2% e como ela pode afetar o ritmo da alta dos juros no país. Vários participantes expressaram preocupação de que a atual fraqueza dos índices de preço pode persistir.

No primeiro trimestre deste ano, a economia chinesa cresceu 6,9% na comparação anual, superando a meta do governo, de 6,5%. Colaboraram fortemente com o resultado os gastos governamentais em infraestrutura mais elevados e o boom imobiliário que ajudou a produção industrial a ter o ritmo mais forte em mais de dois anos.

Outra boa notícia foi a recomposição das reservas internacionais da China, que atingiram US\$ 3,05 trilhões em maio, depois de terem recuado no ano passado. Quanto à economia do Japão, a expansão no primeiro trimestre de 2017 foi a uma taxa anualizada de 1%, bem abaixo da previsão de 2,4%.

RENDA FIXA

Se por um lado, os principais bancos centrais do mundo ainda não agem de forma harmônica, por outro, pelo menos estão começando a se comportar de forma menos dissonante.

O Banco Central Europeu, por exemplo, já passou a descartar mais cortes nas taxas de juros e sinalizou que se move cautelosamente na direção da saída de seu programa de estímulos, enquanto o Banco do Japão não mostra a intenção de retirar os que adotou. O banco central americano, o FED está bem adiante deles. Já elevou a taxa básica de juros pela terceira vez desde o final do ano passado, mesmo com a inflação do

consumidor ainda baixa. Fato que tem mantido as taxas de juros dos títulos soberanos em patamares ainda muito baixos.

Nesse contexto, o rendimento dos títulos de 10 anos emitidos pelo governo britânico (UK Gilt) passou de 0,92% a.a., no final do primeiro trimestre, para 1,23% a.a., no final do semestre e o dos títulos do governo alemão (Bund) de 0,31% a.a., para 0,36% a.a. Já os títulos de 10 anos do governo americano (Treasury Bonds) tiveram o seu rendimento alterado, no mesmo período, de 2,38% a.a., para 2,37% a.a. e os de 30 anos de 3,02% a.a. para 3% a.a.

RENDA VARIÁVEL

Para as bolsas internacionais, o semestre foi de desempenhos positivos. Com os bons resultados corporativos, os índices acionários europeus atingiram as máximas em dois anos. O índice Dax 30 (Alemanha) acumulou alta de 8,14% no semestre, enquanto o FTSE 100 (Grã-Bretanha) subiu 2,28% nesse período.

Nos EUA, as bolsas voltaram a atingir níveis recorde, com a continuada melhora da economia. O índice S&P 500 apresentou alta semestral de 8,24%.

Na Ásia, o índice Shanghai SE Composite (China) subiu 2,86% no semestre, enquanto o índice Nikkei 225 (Japão), se valorizou em 4,81% no período.

No mercado de commodities, o petróleo, o principal produto, não teve resultado favorável. Mesmo com a ação da OPEP em reduzir a produção, os preços não se elevaram. Muito pelo contrário, o preço do tipo Brent caiu 15,66% no semestre, o que muito contribuiu com as baixas taxas de inflação mundo afora.

3.2 INTERNACIONAL – PERSPECTIVAS 2º SEMESTRE 2017

O Banco Mundial acredita que o crescimento global será de 2,7% neste ano, graças a uma maior produção industrial e aceleração do comércio internacional, além do aumento da confiança nos mercados e de certa recuperação nos preços de commodities. Para ele, as economias avançadas, especialmente na Europa e o Japão, mostram sinais de melhora, enquanto os maiores mercados emergentes voltaram a impulsionar o crescimento global. Para o FMI, a economia global continua se recuperando e deverá crescer 3,5% em 2017 e 3,6% em 2018.

Em relação à zona do euro, o FMI conforme relatório de abril tem a expectativa de um crescimento de 1,7% em 2017 e de 1,6% em 2018.

Para o Banco Central Europeu, a economia da zona do euro se mostra cada vez mais sólida, embora ainda seja cedo para declarar vitória nos esforços para se evitar uma deflação. Os dados econômicos já divulgados indicam bom crescimento também no segundo trimestre. O indicador de confiança na economia da região subiu, em junho, para o ponto máximo em dez anos.

Para a economia alemã, o FMI previu crescimento de 1,6% em 2017 e 1,5% em 2018. Para a economia francesa estimou um crescimento de 1,4%, este ano e de 1,6% no próximo. Para a italiana, 0,8% e 0,8% e para a espanhola 2,6% e 2,1%, respectivamente.

Em sua última reunião já em julho, os integrantes do BCE foram unânimes ao escolher não mudar suas orientações para a política monetária e não estabelecer uma data para discutir mudanças em seu programa de estímulos, embora ele já esteja sendo reavaliado.

Para a Rússia, país emergente do continente europeu, o FMI projetou a alta do PIB em 1,4% para este ano e para o próximo.

O Fundo Monetário Internacional acredita que a economia americana crescerá 2,1% em 2017 e 2,5% em 2018. Em abril estimava o crescimento deste ano em 2,3%, mas reduziu ante a falta de detalhes sobre os planos do governo de Donald Trump. Acredita que significativas incertezas em matéria de política econômica representam riscos para o desempenho da economia, embora o mercado de trabalho se mostre bastante robusto.

Já na reunião de julho, o FED manteve inalterada a taxa básica de juros no intervalo entre 1% e 1,25% aa, sem dar sinais sobre a possibilidade de nova alta este ano. No entanto, confirmou que planeja começar a reduzir sua participação em ativos comprados por conta da crise financeira de 2008 e manter em carteira apenas os títulos federais, no longo prazo, conforme a sua presidente Janet Yellen. Confiante no futuro, ela também disse acreditar que durante a sua gestão, não haverá outra crise financeira nos EUA. Para a China, o FMI previu uma evolução do PIB de 6,7%, em 2017 e de 6,2% em 2018.

Ao mencionar a previsão deste ano, o fundo citou a importância do suporte da política monetária, especialmente na ampliação do crédito e do investimento público em

Endereço: Av. Adhemar de Barros, 230 cj 03- Santo Antônio - Guarujá/SP CEP: 11430-000

Tel.: (13) 3387-3940 - Horário: Das 09:00 as 17:00

E-mail: contao@guarujaprevidencia.com.br

Site: guarujaprevidencia.com.br

expansão. Para o Banco Mundial, que estima um crescimento de 6,5% em 2017, a aposta do governo em mudar o modelo econômico para que seja menos dependente das exportações e dos investimentos públicos, continuará dando os seus frutos a uma velocidade gradual.

Em relação ao Japão, o FMI estimou um crescimento de 1,2% em 2017 e de 0,6% em 2018. Em sua reunião de junho, quando deixou a sua política monetária inalterada, o banco central japonês ofereceu uma visão mais otimista sobre o consumo privado e as economias externas, sinalizando confiança de que a recuperação está ganhando força. Para a Índia o FMI estimou um crescimento de 7,2% em 2017 e de 7,7% em 2018.

RENDA FIXA

Depois da experiência inédita do afrouxamento monetário, através de gigantescos estímulos monetários, os principais bancos centrais do mundo começam a planejar como adotarão a experiência inédita do aperto monetário saindo dessa situação. O balanço patrimonial do FED, do BCE e do Banco do Japão soma atualmente cerca de US\$ 13 trilhões, mais que o PIB da China ou da zona do euro.

Mas enquanto os mercados financeiros internacionais continuarem apegados às perspectivas de haver crescimento econômico e inflação, a expansão firme dos balanços dos bancos centrais via afrouxamento monetário continuará a manter os preços das ações em patamares recordes e os prêmios de risco em níveis baixíssimos. As principais dúvidas, por enquanto, repousam no ritmo em que o FED irá desmontar o seu balanço, ou seja, o ritmo em que reduzirá as compras de títulos pelo BCE.

Assim, a remuneração dos investidores através dos juros obtidos nas aplicações em títulos soberanos, continuará muito baixa.

RENDA VARIÁVEL

Embaladas pela perspectiva de que os juros nos EUA terão alta bem gradual e pelos estímulos ainda em vigor na Europa e no Japão, as bolsas, principalmente as europeias, devem continuar mantendo sua trajetória de alta. Também beneficiadas pelo contexto, as bolsas dos países emergentes acenam um bom desempenho.

No mercado de commodities, especialmente no de petróleo, a expectativa de evolução dos preços é negativa. Além do fracasso da Opep em aumentar as cotações via redução da oferta, a possibilidade de venda de parte expressiva da reserva estratégica dos EUA e a produção do petróleo do xisto podem levar, como acreditam analistas soviéticos, o petróleo a recuar a até US\$ 25 o barril, no ano que vem.

3.3 CENÁRIO NACIONAL

Puxada pelo agronegócio, a economia brasileira registrou, no primeiro trimestre deste ano, o primeiro resultado positivo após dois anos seguidos de resultados negativos. O PIB cresceu 1% nesse período, em relação ao último trimestre de 2016, embora em relação ao primeiro trimestre do ano anterior a variação tenha sido de 0,4% negativa.

Pelo lado da oferta, o crescimento do setor agropecuário foi de 13,4%, no trimestre, do setor industrial foi de 0,9% e o setor de serviços ficou estável. Pelo lado da demanda, o consumo das famílias caiu 0,1%, os investimentos 1,6% e o consumo do governo 0,6%. As exportações, por sua vez, registraram alta de 4,8% entre janeiro e março e as importações de 1,8%, gerando um bom saldo da balança comercial, num contexto de melhoria do cenário global.

Na prática, a economia brasileira está operando no mesmo patamar em que estava no final de 2010. Com a longa recessão, os investimentos privados caíram para 13,7% do PIB, o pior nível desde o ano 2000.

De acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad), do IBGE, a taxa de desemprego no país foi de 13,3% no trimestre encerrado em maio, quando no ano anterior havia sido de 11,2%. O número de desempregados atingiu 13,8 milhões de pessoas depois de ter alcançado 14 milhões no mês anterior. Em um ano, foram 2,3 milhões de pessoas a mais sem emprego, um aumento de 20,4%.

O rendimento médio real (corrigido pela inflação) foi de R\$ 2.109,00, quando no ano anterior havia sido de R\$ 2.062,00, com alta de 2,2%.

No primeiro semestre de 2017, o setor público consolidado registrou um déficit primário de R\$ 35,2 bilhões, sendo que no mesmo período de 2016 havia obtido um déficit de R\$ 23,8 bilhões. Em doze meses, foi registrado um déficit primário de R\$ 167,2 bilhões, equivalente a 2,62% do PIB.

As despesas com os juros nominais totalizaram R\$ 206,6 bilhões, no semestre, enquanto no primeiro semestre do ano anterior haviam sido de R\$ 173,3 bilhões. Em doze meses os juros totalizaram R\$ 440,3 bilhões (6,89% do PIB).

O resultado nominal, que inclui o resultado primário mais os juros nominais foi de R\$ 241,8 bilhões nos primeiros seis meses do ano, frente a R\$ 197,1 bilhões no mesmo período de um ano antes. A Dívida Bruta do Governo Geral (governo federal, INSS, governos estaduais e municipais) alcançou R\$ 4,67 trilhões em junho, ou o equivalente a 73,1% do PIB. No mesmo período do ano passado – 2016 – esse valor era de R\$ 4,130 trilhões, o que correspondia a 68,5% do PIB.

No mês de maio, o governo registrou, por conta da antecipação do pagamento de precatórios e aumento de despesas, o pior déficit para o mês desde 1997, início da série histórica. Mas em função da queda da taxa Selic, a despesa com juros deve fechar o ano em cerca de R\$ 400 bilhões, abaixo dos 6,5% do PIB no ano passado e dos 8,4% de 2015.

Com a energia e os alimentos mais baratos, o Brasil teve deflação em junho, a primeira em 11 anos. A queda da inflação medida através do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), calculado pelo IBGE e que abrange as famílias com renda mensal entre um e quarenta salários mínimos foi de 0,23% no mês. No semestre o índice acumulou alta de 1,18 % e em doze meses de 3%.

Já a inflação medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), também calculado pelo IBGE, abrangendo famílias com renda mensal entre um e cinco salários mínimos, caiu 0,30% em junho, acumulando uma alta de 1,12% no ano e de 2,56% em doze meses.

Importante mencionar que o Conselho Monetário Nacional, em sua última reunião em junho, decidiu alterar a meta de inflação de 4,5% para 4,25% a ser perseguida em 2019 e para 4% em 2020.

Em sua reunião de junho de 2017, o Comitê de Política Monetária do Banco Central - Copom decidiu reduzir a Taxa Selic em 1 pp, ficando essa agora em 9,25% a.a..

Em pronunciamento no início de junho, o presidente do Banco Central, Ilan Goldfajn, afirmou que, sob o ponto de vista histórico o patamar da taxa de juros real (descontada a inflação) é baixo e declinante. Na década de 90 estava acima de 20%, na década passada em torno de 10% e nos últimos anos ao redor de 5%.

A taxa de câmbio dólar x real, denominada P-Tax 800, que é calculada pelo Banco Central do Brasil, fechou o primeiro semestre de 2017 cotada a R\$ 3,1307, acumulando uma queda de 3,94% no ano e de 4,15% em doze meses.

Em relação ao Balanço de Pagamentos, as transações correntes acumularam, em doze meses, terminados em junho, um déficit de US\$ 14,3 bilhões, ou o equivalente a 0,76% do PIB., depois de ter se superado os US\$ 100 bilhões, em 2014. Os investimentos diretos no país (IED) totalizaram US\$ 36,3 bilhões no primeiro semestre, 7,2% acima do registrado no mesmo período do ano anterior. Importante mencionar que na atualidade o investimento direto é responsável por financiar o equivalente a 4,5 vezes o déficit externo.

As reservas internacionais, ao final de junho, pelo conceito de liquidez eram de US\$ 378,4 bilhões e a dívida externa bruta US\$ 307,3 bilhões.

Quanto à Balança Comercial, o superávit no semestre foi de US\$ 36,2 bilhões, o maior saldo para o período em vinte e oito anos e com alta de 53,1% em relação ao mesmo período do ano anterior. As exportações somaram US\$ 107,7 bilhões e as importações US\$ 71,5 bilhões.

Conforme o Relatório Mensal ao Investidor de RPPS – referente a julho de 2017 - da Caixa Econômica Federal, diante da necessidade cada vez mais urgente de criar condições propícias para a volta do crescimento, o governo sancionou a reforma trabalhista aprovada pelo Senado. Dentre as principais mudanças, destaque para a forma de cômputo da remuneração, que agora exclui benefícios, a flexibilização da jornada de trabalho, a possibilidade de rescisão do contrato de trabalho por comum acordo, a criação de regras para o trabalho à distância e trabalho intermitente, bem como o maior fracionamento das férias, entre outros. Como essência da reforma está o preceito de que os acordos entre empregadores e trabalhadores prevalecem sobre a legislação¹.

Quanto à política, o ano de 2018 será um ano muito significativo para o Brasil pois ocorrerão as eleições presidenciais e os nomes para concorrer ao cargo ainda são uma incógnita.

¹ Boletim Mensal ao Investidor de RPPS – Caixa Econômica Federal

A última pesquisa realizada pelo DataFolha (26/06/2017) para o cargo do executivo, tinha o então ex-presidente Lula como o candidato mais favorável ao posto presidencial com 30% dos votos, dentre dez opções; em seguida vinha Jair Bolsonaro – PSC – com 16% e logo após Marina Silva com 15%. O Tucano Geraldo Alckmin ficou em quarto lugar (8%) e Ciro Gomes (PDT) com 5%.

Apesar de especulações serem feitas, ainda é prematuro relatar nomes, dado que, se mantida a decisão em segunda instância o candidato do PT não poderá se candidatar. Já no PSDB, parece haver uma guerra interna pela candidatura. Nenhum outro partido confirmou o nome de seus candidatos às eleições de 2018.

Enquanto isso em Brasília continua a tentativa do governo Temer em aumentar o percentual de aprovação do seu governo e de aprovar as reformas pendentes: política e da previdência.

Em 2017, a arrecadação de impostos e contribuições federais previstas ficaram abaixo do esperado, parte devido à lentidão na recuperação da economia e também por conta do fracasso de programas de captação de recursos, tais como o da repatriação, que esperava arrecadar 13 bilhões, mas teve pouca adesão e foi frustrado, forçando o governo a rever suas previsões de arrecadação que passou a ser de 2,9 bilhões. Até o dia 26 de julho, o Governo havia arrecadado apenas 1,4 bi, ou seja, menos da metade de sua meta revisada.

Diante da baixa arrecadação e fraca atividade econômica, a equipe ministerial teve que rever a Meta Fiscal para os anos de 2017 e 2018, e, no último 15 de agosto, anunciou o aumento da Meta Fiscal em 20 bilhões, passando agora a ser um montante deficitário de R\$ 159 bilhões. Juntamente com a nova meta, o ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, irá encaminhar ao Congresso medidas que visam conter os gastos públicos, dentre elas estão o adiamento, por um ano, do reajuste prometido a servidores a partir de janeiro de 2018; a extinção de 60 mil cargos públicos, que estão atualmente vagos; o aumento do prazo para progressão da carreira dentro do serviço público, que de 13 vai passar a ter 30 níveis; a instituição de teto salarial no serviço público, que não poderá ultrapassar os R\$ 33,4 mil pagos a ministros do Supremo Tribunal Federal (STF); mudanças em tributos, dentre outras. A decisão foi bem recebida pelo mercado, pois.

RENDA FIXA

O fator político fez a alta volatilidade estar presente no mercado financeiro e de capitais do Brasil. Quem também se aproveitou disso foi o investidor estrangeiro, que voltou durante o semestre a comprar títulos públicos, sobretudo os de prazos de vencimento mais longos. Após a acentuada queda nos preços dos títulos, em 18 de maio, em virtude da notícia da delação da JBS, as gestoras globais de recursos enxergaram a oportunidade e não se impressionaram com o escândalo. Os bons fundamentos macroeconômicos do país, principalmente a baixa inflação e as taxas de juros em queda, fizeram com que o estrangeiro resistisse à crise e apostasse no país.

Assim, o melhor desempenho entre os indicadores referenciais dos fundos de renda fixa com títulos públicos prefixados e indexados ao IPCA, foi o do IRF-M 1+, que acumulou alta de 11,98% no semestre, seguido do IDkA20 (IPCA), com alta de 11,78%, enquanto a meta atuarial baseada no IPCA + 6%a.a acumulou alta de 4,11% no mesmo período.

RENDA VARIÁVEL

Para a bolsa brasileira, como dissemos, o fator político também teve uma influência determinante. O Índice Bovespa terminou o primeiro semestre do ano com uma alta de 9,45% e de 16,15% em doze meses, mas registrando fortes oscilações.

Os investidores estrangeiros, que representam hoje cerca de metade do volume financeiro da Bovespa, foram os responsáveis por um investimento líquido de R\$ 4,88 bilhões na bolsa brasileira, no primeiro semestre do ano e também neste mercado se aproveitaram das quedas por conta da crise política.

Ainda no segmento de renda variável, os fundos imobiliários, as vedetes entre os investidores em 2012 e 2013, que perderam rendimento nos anos seguintes, com a crise econômica, continuaram a se recuperar. O IFIX, Índice de Fundos de Investimentos Imobiliários terminou os primeiros seis meses do ano com valorização superior a 27%.

3.4 CENÁRIO NACIONAL – PERSPECTIVA 2º SEMESTRE 2017

Para o FMI, em projeção já divulgada no mês de julho, o PIB do Brasil irá crescer 0,3% em 2017 e 1,3% em 2018, sendo que na estimativa anterior, a previsão para o próximo ano era do PIB subindo 1,7%. Os efeitos da crise política, principalmente sobre os investimentos privados explicam o maior pessimismo para 2018. Entretanto, o FMI diz que indicadores econômicos recentes sugerem que a economia brasileira está próxima de um ponto de virada, o que coloca a profunda recessão, aparentemente próxima do fim.

De fato, o resultado do primeiro trimestre foi melhor que o esperado, no entanto o crescimento foi muito concentrado nos setores do agronegócio e de exportação. O que revela que ainda há muito que se fazer para a economia se recuperar mais fortemente, especialmente com relação ao consumo e ao investimento necessário.

Ainda não há como precisar os efeitos da crise política no crescimento econômico, mas avanços que facilitam o desenvolvimento do país foram obtidos. A reforma trabalhista foi aprovada no Senado. O clima favorável deve fazer com que o país colha uma safra recorde, em torno de 230 milhões de toneladas, que muito colabora com as contas externas do país, bem como com a inflação em baixa, juntamente com os juros. Para o ministro Meirelles, com as reformas, o crescimento do Brasil pode superar a marca de 3,5% ao ano, mas é preciso também ter em mira o crescimento da produtividade.

Para a média dos economistas que militam no mercado financeiro, conforme a pesquisa conduzida pelo Banco Central e divulgada através do Relatório Focus, em sua edição de 28 de agosto, a expectativa de crescimento do Brasil é de 0,37% em 2017 e de 2% em 2018.

Em relação ao emprego, o IBGE divulgou no final de julho que a taxa de desemprego foi de 13% em junho, o que significava 13,5 milhões de desempregados. É difícil imaginar uma melhoria significativa do mercado de trabalho antes do segundo semestre de 2018.

O governo tem como meta fechar 2017 com um déficit primário de R\$ 159 bilhões. Representa algum alívio o aumento dos impostos incidentes sobre os combustíveis, já citado, mas novas fontes de receitas deverão ser buscadas, como por exemplo, a volta da tributação sobre lucros e dividendos, extinta em 1995, que poderia render R\$ 60 bilhões anuais para a União, além da outorga de novas concessões.

Para o secretário de Acompanhamento Econômico do Ministério da Fazenda, Mansueto Almeida, a reforma da Previdência é importante para o resultado fiscal de médio e longo prazo. No curto prazo, a aprovação criaria um efeito positivo imediato na taxa de juros, ao sinalizar que o país entraria numa trajetória para a efetiva melhora das contas públicas. O ajuste de curto prazo depende do corte de despesas e do aumento da arrecadação.

Conforme o último Relatório Focus – 28 de agosto, o mercado financeiro estima que a inflação de 2017, medida através do IPCA, será de 3,45% e de 4,20% em 2018. Para o Banco Central, através do último Relatório Trimestral de Inflação, ela será de 3,8% neste ano, portanto, bem abaixo do centro da meta que é de 4,5%. Para 2018 estimou a variação do IPCA em 4,3%.

Conforme estimativas preliminares, a alta do imposto sobre os combustíveis pode ter um impacto de até 0,6 pontos no IPCA de 2017, sendo que quase a totalidade desta alta será por conta do aumento dos preços da gasolina. Assim, o aumento dos tributos afasta a hipótese de a inflação encerrar o ano abaixo do piso fixado para a meta de 3%. No entanto, adotada agora, a medida evita pressão adicional sobre os preços em 2018, pois a decisão teria que ser inevitavelmente adotada.

Também as tarifas de energia elétrica podem exercer alguma pressão sobre os preços, mas a crise política, conforme o presidente do Banco Central parece estar tendo impacto neutro sobre a inflação. A demanda muito fraca, ainda representa um grande alívio para os preços.

Para o mercado financeiro, este ano e o próximo irão terminar com a taxa Selic em 7,25% a.a. Na última reunião do Copom, já em julho, a taxa Selic foi reduzida de 10,25% para 9,25% a.a. Foi a sétima vez seguida em que a taxa Selic foi reduzida.

No comunicado que se seguiu à decisão indicou que na reunião marcada para 6 de setembro, a manutenção do ritmo de corte dependerá da permanência das condições do cenário básico, que mostra a atividade econômica em estabilização, com recuperação gradual e desinflação difundida, inclusive em itens mais sensíveis ao ciclo econômico e à política monetária, como serviços.

O último Relatório Focus revelou que o mercado financeiro espera que o dólar esteja cotado a R\$ 3,23 no final de 2017 e a R\$ 3,38 no final de 2018.

Para a Balança Comercial, o Relatório Focus estima um superávit de US\$ 61,35 bilhões em 2017 e de US\$ 48 bilhões em 2018. Para o déficit em transações correntes, o mercado o estima em US\$18,9 bilhões em 2017 e em US\$ 33,18 bilhões em 2018. E finalmente para o Investimento Estrangeiro Direto – IED, a estimativa é de um ingresso de US\$ 75 bilhões em 2017 e em 2018.

Depois da crise gerada com a delação da JBS, a disparada do dólar foi contida, inclusive com o forte fluxo de investimentos estrangeiros para o mercado de renda fixa e variável. Para o FMI o Brasil dispõe de colchões de proteção importantes, em situações de alta volatilidade dos mercados, além de um sistema financeiro sólido e balanços corporativos saudáveis. É no setor externo que se encontra a menor vulnerabilidade da economia brasileira, principalmente em um momento de sucessivos recordes do saldo da Balança Comercial.

A Comissão da Câmara aprovou a medida provisória que cria a TLP (Taxa de Longo Prazo) e deve ser votada no dia 24 de agosto deste ano. A aprovação dessa taxa deve aumentar o nível de confiança do mercado para as próximas votações: Refis, Previdência e, a mais recente, Nova Meta Fiscal.

O governo também vem anunciando pacotes de privatizações para 2018 que reduzirá a intervenção do governo na economia e isso está gerando um certo otimismo nos investidores.

RENDA FIXA

Embora a crise política ainda esteja presente, com o andamento da Operação Lava Jato e com novas delações que deverão surgir, como a do ex-ministro Palocci, os bons fundamentos macroeconômicos ainda permitem vislumbrar ganhos com a queda da taxa Selic. Se por um lado o juro menor motiva o aumento do risco nas aplicações financeiras, ainda sujeitas a fortes variações na volatilidade, por outro ainda há prêmio a ser capturado, principalmente nos títulos públicos indexados ao IPCA, de longa e longuíssima duração.

Para os bancos e gestores internacionais é positiva a expectativa com o Brasil. Os fortes investimentos estrangeiros diretos atestam essa visão, bem como a forte entrada de recursos após a crise de maio.

RENDA VARIÁVEL

Com a queda das taxas de juros, aumenta ainda mais a atratividade do investimento em renda variável, principalmente em ações. Pelo lado das empresas, os juros em queda representam menores custos financeiros e maiores margens de lucros. Pelo lado do investidor um menor rendimento proporcionado pelos juros em queda, incentiva a busca por alternativas de maior rentabilidade.

Continuará sendo importante o interesse e participação do investidor estrangeiro em nosso mercado de ações. Se até junho o ingresso líquido de capital estrangeiro na bolsa montava a R\$ 4,88 bilhões, apenas em julho entraram R\$ 3,1 bilhões, de forma a elevar o saldo no ano para R\$ 7,98 bilhões. Com o avanço das reformas essas cifras deverão crescer de forma importante.

3.5 EXPECTATIVAS DE MERCADO

Focus - Relatório de Mercado
Gerin
25 de agosto de 2017

Mediana - agregado	Expectativas de Mercado				2017				2018			
	2017		2018		2017		2018		2017		2018	
	Má 4 semanas	Má 1 semana	Hoje	Comportamento semanal*	Má 4 semanas	Má 1 semana	Hoje	Comportamento semanal*	Má 4 semanas	Má 1 semana	Hoje	Comportamento semanal*
IPCA (%)	3,40	3,51	3,45	▼ (1)	4,20	4,20	4,20	▬ (6)				
IGP-DI (%)	-0,80	-1,03	-1,04	▼ (4)	4,50	4,50	4,50	▬ (16)				
IGP-M (%)	-0,59	-0,72	-0,76	▼ (14)	4,50	4,44	4,36	▼ (1)				
IPC-Fipe (%)	3,37	3,05	3,00	▼ (1)	4,49	4,80	4,23	▼ (1)				
Taxa de câmbio - fim de período (R\$/US\$)	3,30	3,23	3,23	▬ (1)	3,43	3,38	3,38	▼ (2)				
Taxa de câmbio - média do período (R\$/US\$)	3,22	3,19	3,19	▬ (2)	3,37	3,33	3,31	▼ (7)				
Meta Taxa Selic - fim de período (% a.a.)	8,00	7,50	7,25	▼ (1)	7,75	7,50	7,50	▬ (3)				
Meta Taxa Selic - média do período (% a.a.)	10,08	9,91	9,91	▬ (2)	7,75	7,38	7,25	▼ (5)				
Dívida Líquida do Setor Público (% do PIB)	61,50	61,80	61,85	▲ (2)	65,15	65,29	65,80	▲ (2)				
PIB (% do crescimento)	0,34	0,34	0,39	▲ (1)	2,00	2,00	2,00	▬ (8)				
Produção Industrial (% do crescimento)	0,63	1,16	1,00	▼ (1)	2,22	1,88	2,16	▲ (1)				
Conta Corrente* (US\$ Bilhões)	-20,00	-19,86	-19,80	▲ (3)	-33,10	-33,19	-33,18	▲ (1)				
Balança Comercial (US\$ Bilhões)	60,00	61,90	61,35	▼ (1)	45,00	48,00	48,00	▬ (1)				
Invest. Direto no País* (US\$ Bilhões)	75,00	75,00	75,00	▬ (9)	75,00	75,00	75,00	▬ (1)				
Preço Administrativo (%)	5,10	6,00	6,30	▲ (5)	4,70	4,70	4,70	▬ (2)				

* comportamento dos indicadores desde o último Relatório de Mercado; os valores entre parênteses expressam o número de semanas em que vem ocorrendo o último comportamento

(▲) aumento, (▼) diminuição ou = estabilidade

Fonte: Relatório Focus do Banco Central do Brasil_2017.08_28

3.6 EXPECTATIVAS DAS ENTIDADES

Abaixo o resumo da expectativa dos dados econômicos para o ano de 2018 de algumas instituições financeiras.

EXPECTATIVAS 2018

ENTIDADE	IPCA	PIB	SELIC	DÍVIDA BRUTA DO SETOR PÚBLICO	ESTRATÉGIA PARA 2018
BANCO DO BRASIL	4,20%	2,00%	7,75%	55,15% ²	Executar ajustes finos ao longo deste semestre com aporte em fundos de longo prazo, para preparar um retorno futuro, momento ideal para investir em renda variável.
CEF	4,10%	1,70%	7,5%	79,00%	<p>Dado esse cenário e as limitações impostas pela Resolução CMN supracitada, enxergamos que, para o ano de 2018, será necessária uma tomada de risco maior do que em anos anteriores.</p> <p>Fundos de Renda Variável: Apesar do crescente risco político, a economia tem dado sinais de estabilização e início de recuperação gradual. Dessa forma, enxergamos <i>upsides</i> em alguns segmentos, tais como <i>Small Cap</i>, Infraestrutura e Dividendos.</p> <p>Fundos Multimercado: Com a Renda Fixa mais volátil e/ou com menor retorno, inclusive por vezes abaixo da meta atuarial dos Institutos, fundos Multimercado ganham destaque, principalmente algumas estratégias específicas como 'Juros e Moedas' e 'Capital Protegido'. Esses fundos tendem a buscar retornos em mais de um mercado, aumentando a possibilidade do gestor conseguir resultados interessantes, assim como em estruturas que, de acordo com a efetivação do cenário prospectivo, podem garantir um mínimo de remuneração ao investidor ou buscar resultados bastante atrativos.</p> <p>Fundos Estruturados: Fundos que investem na economia real, através da aplicação dos recursos em empreendimentos, infraestrutura, logística etc. Em cenários de queda de juros e recuperação da economia, esses fundos surgem como boa alternativa em busca de melhores rentabilidades. Cabe ressaltar, no entanto, que a estruturação desses fundos é bastante específica e pontual, e via de regra, não são opções sempre disponíveis no mercado. Ou seja, trata-se de lançamentos que necessitam de uma conjuntura de fatores, aproveitando-se do cenário econômico momentâneo. Por fim, destacamos a importância da análise cautelosa desses produtos, casos de Fundos de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC) e</p>

² DÍVIDA LÍQUIDA DO SETOR PÚBLICO

					Fundos de Investimento Imobiliário (FII), com destaque principal para a verificação com bastante prudência dos agentes do Fundo ofertado (Administrador, Gestor, Custodiante e Distribuidor).
DAYCOVAL	4,00%	2,20%	7,00%	81,30%	Fundos Multimercado e de Ações indexados ao Ibovespa, já que estima-se que esse índice ainda tenha muito a crescer.
ITAÚ	4,00%	2,70%	7,00%	77,20%	Com a taxa de juros mais baixa a dívida das empresas tendem a cair e as empresas conterão mais recursos em caixa para investirem, logo pode haver um aumento na procura por crédito. Fundos Multimercados, estruturados e de crédito devem otimizar a carteira afim de protegê-lo e alcançar a Meta Atuarial.
WESTERN	4,00%	2,20%	7,50%	78,00%	Fundos Multimercado e de Ações Estruturados tendem a otimizar o risco/retorno diante da queda da taxa de juros.

Fonte: Guarujá Previdência

4 ALOCAÇÃO ESTRATÉGICA DOS RECURSOS

Na aplicação dos recursos, os responsáveis pela gestão do RPPS devem observar os limites estabelecidos por esta Política de Investimentos e pela Resolução CMN nº 3.922/2010. Limites estabelecidos mediante estudo do cenário macroeconômico atual e de perspectivas futuras, com as hipóteses razoáveis de realização no curto e médio prazo, conforme descrito abaixo:

Alocação Estratégica para o exercício de 2018

Segmento	Tipo de Ativo	Limite da Resolução CMN %	Estratégia de Alocação - Política de Investimento de 2018		
			Limite Inferior (%)	Estratégia Alvo (%)	Limite Superior (%)
Renda Fixa	Títulos Tesouro Nacional – SELIC - Art. 7º, I, "a"	100,00%	0,00%	0,00%	0,00%
	FI Referenciados em 100% títulos TN - Art. 7º, I, "b"	100,00%	30,00%	45,00%	70,00%
	FI Referenciados em Índice de Renda Fixa, 100% títulos TN - Art. 7º, I "c"	100,00%	0,00%	0,00%	0,00%
	Operações compromissadas em títulos TN - Art. 7º, II	5,00%	0,00%	0,00%	0,00%
	FI Referenciados RF - Art. 7º, III, Alínea "a"	60,00%	15,00%	15,00%	60,00%
	FI de Índices Referenciado RF - Art. 7º, III, Alínea "b"	60,00%	0,00%	0,00%	0,00%
	FI de Renda Fixa - Art. 7º, IV, Alínea "a"	40,00%	5,00%	10,00%	30,00%
	FI de Índices Renda Fixa - Art. 7º, IV, Alínea "b"	40,00%	0,00%	0,00%	0,00%
	Letras Imobiliárias Garantidas - Art. 7º, V, Alínea "b"	20,00%	0,00%	0,00%	0,00%
	Certificados de Depósitos Bancários - Art. 7º, VI, Alínea "a"	15,00%	7,00%	15,00%	15,00%
	Depósito em Poupança - Art. 7º, VI, Alínea "b"	15,00%	0,00%	0,00%	0,00%
	FI em Direitos Creditórios - sênior Art. 7º, VII, "a"	5,00%	0,00%	2,00%	5,00%
	FI Renda Fixa "Crédito Privado"- Art. 7º, VII, "b"	5,00%	2,00%	2,50%	5,00%
	FI de Debêntures Infraestrutura - Art. 7º, VII, "c"	5,00%	0,00%	0,00%	5,00%
Subtotal		570,00%	59,00%	89,50%	190,00%
Renda Variável	FI Referenciados em Renda Variável - Art. 8º, I, "a"	30,00%	0,00%	2,00%	2,00%
	FI de Índices Referenciados em Renda Variável- Art. 8º, I, "b"	30,00%	0,00%	0,00%	0,00%
	FI em Ações - Art. 8º, II, "a"	20,00%	5,00%	13,00%	20,00%
	FI em Índices de Ações - Art. 8º, II, "b"	20,00%	0,00%	0,00%	0,00%
	FI Multimercado - Art. 8º, III	10,00%	1,00%	4,00%	5,00%
	FI em Participações - Art. 8º, IV, "a"	5,00%	1,00%	3,00%	5,00%
	FI Imobiliário - Art. 8º, IV, "b"	5,00%	1,00%	3,00%	5,00%
	Subtotal		120,00%	8,00%	25,00%
Total Geral		690,00%	67,00%	114,50%	227,00%

A estratégia de alocação para os próximos cinco anos, leva em consideração não somente o cenário macroeconômico como também as especificidades da estratégia definida pelo resultado da análise do fluxo de caixa atuarial e as projeções futuras de déficit e/ou superávit.

Alocação Estratégica para os próximos cinco anos

Segmento	Tipo de Ativo	Limite da Resolução CMN %	Estratégia de Alocação - para os próximos cinco exercícios	
			Limite Inferior (%)	Limite Superior (%)
Renda Fixa	Títulos Tesouro Nacional – SELIC - Art. 7º, I, "a"	100,00%	0,00%	0,00%
	FI Referenciados em 100% títulos TN - Art. 7º, I, "b"	100,00%	30,00%	70,00%
	FI Referenciados em Índice de Renda Fixa, 100% títulos TN - Art. 7º, I "c"	100,00%	0,00%	0,00%
	Operações compromissadas em títulos TN - Art. 7º, II	5,00%	0,00%	0,00%
	FI Referenciados RF - Art. 7º, III, Alínea "a"	60,00%	15,00%	60,00%
	FI de Índices Referenciado RF- Art. 7º, III, Alínea "b"	60,00%	0,00%	0,00%
	FI de Renda Fixa - Art. 7º, IV, Alínea "a"	40,00%	5,00%	30,00%
	FI de Índices Renda Fixa - Art. 7º, IV, Alínea "b"	40,00%	0,00%	0,00%
	Letras Imobiliárias Garantidas - Art. 7º, V, Alínea "b"	20,00%	0,00%	0,00%
	Certificados de Depósitos Bancários - Art. 7º, VI, Alínea "a"	15,00%	7,00%	15,00%
	Depósito em Poupança - Art. 7º, VI, Alínea "b"	15,00%	0,00%	0,00%
	FI em Diretos Creditórios - sênior Art. 7º, VII, "a"	5,00%	0,00%	5,00%
	FI Renda Fixa "Crédito Privado"- Art. 7º, VII, "b"	5,00%	2,00%	5,00%
	FI de Debêntures Infraestrutura - Art. 7º, VII, "c"	5,00%	0,00%	5,00%
	Subtotal	570,00%	59,00%	190,00%
Renda Variável	FI Referenciados em Renda Variável - Art. 8º, I, "a"	30,00%	0,00%	2,00%
	FI de Índices Referenciados em Renda Variável- Art. 8º, I, "b"	30,00%	0,00%	0,00%
	FI em Ações - Art. 8º, II, "a"	20,00%	5,00%	20,00%
	FI em Índices de Ações - Art. 8º, II, "b"	20,00%	0,00%	0,00%
	FI Multimercado - Art. 8º, III	10,00%	1,00%	5,00%
	FI em Participações - Art. 8º, IV, "a"	5,00%	1,00%	5,00%
	FI Imobiliário - Art. 8º, IV, "b"	5,00%	1,00%	5,00%
	Subtotal	120,00%	8,00%	37,00%
Total Geral	690,00%	67,00%	227,00%	

A GUARUJÁ PREVIDÊNCIA considerou nos limites alocados o resultado da análise das expectativas de mercado, das aposentadorias, reservas técnicas atuariais (ativos) e as reservas matemáticas (passivo) projetadas pelo cálculo atuarial, dentre outros que podem exigir maior flexibilidade dos níveis de liquidez da carteira.

Serão observados também, a compatibilidades dos ativos investidos com os prazo e taxas das obrigações presentes e futuras do regime.

4.1 SEGMENTO DE RENDA FIXA

Obedecendo-se os limites permitidos pela Resolução CMN n° 3922/2010 será adotado o limite de máximo de 85% (oitenta e nove por cento) dos investimentos financeiros do RPPS, no segmento de renda fixa.

A negociação de títulos e valores mobiliários no mercado secundário (compra/venda de títulos públicos) obedecerá ao disposto, Art. 7º, inciso "a" da Resolução CMN n° 3.922/2010, e deverão ser comercializados através de plataforma eletrônica e registrados no Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (SELIC), não sendo permitidas compras de títulos com pagamento de Cupom com taxa inferior à Meta Atuarial.

4.2 SEGMENTO DE RENDA VARIÁVEL E INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS

Em relação ao segmento de renda variável, cuja limitação legal estabelece que os recursos alocados nos investimentos, cumulativamente, não deverão exceder a 30% (trinta por cento) da totalidade dos recursos em moeda corrente do RPPS.

São considerados como investimentos estruturados segundo Resolução CMN n° 3922/2010, os fundos de investimento classificados como multimercado e os fundos de investimento em participações, - FIPs.

4.3 ENQUADRAMENTO

A Guarujá Previdência considera todos os limites estipulados de enquadramento na Resolução CMN n° 3.922/2010, e como entendimento complementar a Seção III, Subseção V dos Enquadramentos, destacamos:

Endereço: Av. Adhemar de Barros, 230 cj 03- Santo Antônio - Guarujá/SP CEP: 11430-000
Tel.: (13) 3387-3940 - Horário: Das 09:00 as 17:00
E-mail: contao@guarujaprevidencia.com.br
Site: guarujaprevidencia.com.br

Os investimentos que estão em desacordo com as novas exigências da Resolução CMN nº 3.922/2010, poderão manter-se em carteira por até 180 dias as aplicações, sendo considerado infringências aportes adicionais.

Poderão ainda ser mantidas em carteira até a respectiva data de vencimento, as aplicações que apresentaram prazos de resgate, carência ou para conversão de cotas, sendo considerado infringências aportes adicionais.

Serão entendidos como desenquadramento passivo, os limites excedidos decorrentes de valorização e desvalorização dos ativos ou qualquer tipo de desenquadramento que não tenha sido resultado de ação direta do RPPS.

4.4 VEDAÇÕES

O Comitê de Investimento do GUARUJÁ PREVIDÊNCIA deverá seguir as vedações estabelecidas pela Resolução CMN nº 3.922/2010, ficando adicionalmente vedada a aquisição de:

1. Operações Compromissadas nos termos do Art. 7º, II da Resolução CMN nº 3.922 /2.010;
2. Depósito em poupança;
3. Aquisição de qualquer ativo final, emitido por Instituições Financeiras com alto risco de crédito;
4. Cotas de Fundos de Investimentos em Direitos Creditórios, constituídos sob forma de condomínio aberto ou fechado que não possuam segregação de funções na prestação de serviços, sendo ao menos, obrigatoriamente, duas pessoas jurídicas diferentes, de suas controladoras, de entidades por elas direta ou indiretamente controladas ou quais outras sociedades sob controle comum;
5. Cotas de Fundos Multimercados cujos regulamentos não determinem que os ativos de créditos que compõem suas carteiras sejam considerados como de baixo risco de crédito por, no mínimo, uma das agências classificadoras de risco citadas no item 7.2 - Controle do Risco de Crédito da presente Política de Investimentos;
6. Cotas de Fundos em Participações (FIP) que não prevejam em seu regulamento a constituição de um Comitê de Acompanhamento que se reúna, no

mínimo, trimestralmente e que faça a lavratura de atas, com vistas a monitorar o desempenho dos gestores e das empresas investidas;

7. Cotas de Fundos de Investimentos Imobiliários (FII) que não prevejam em seu regulamento a constituição de um Comitê de Acompanhamento que se reúna, no mínimo, trimestralmente, e que faça a lavratura de atas, com vistas a monitorar o desempenho dos gestores e das empresas investidas.

8. A classificação e enquadramento das cotas de fundos de investimento não podem ser descaracterizados pelos ativos finais investidos devendo haver correspondência com a política de investimentos do fundo.

5 META ATUARIAL

A Portaria MPS nº 87, de 02 de fevereiro de 2005, publicada no DOU de 03/02/2005, que estabelece as Normas Gerais de Atuária dos Regimes Próprios de Previdência Social, determina que a taxa real de juros a ser utilizada nas Avaliações Atuariais será de, no máximo, 6,00% (seis por cento) ao ano.

Também chamada de meta atuarial, é a taxa de desconto utilizada no cálculo atuarial para trazer a valor presente, todos os compromissos do plano de benefícios para com seus beneficiários na linha do tempo, determinando assim o quanto de patrimônio o Regime Próprio de Previdência Social deverá possuir hoje para manter o equilíbrio atuarial.

Obviamente, esse equilíbrio somente será possível de se obter caso os investimentos sejam remunerados, no mínimo, por essa mesma taxa. Do contrário, ou seja, se a taxa que remunera os investimentos passe a ser inferior a taxa utilizada no cálculo atuarial, o plano de benefícios se tornará insolvente, comprometendo o pagamento das aposentadorias e pensões em algum momento no futuro.

Considerando a distribuição dos recursos conforme a estratégia alvo utilizada nesta Política de Investimentos, as projeções indicam que a rentabilidade real estimada para o conjunto dos investimentos ao final do ano de 2018 será de 6,00% (seis por cento), somado a inflação de INPC, ou seja, superior à taxa de juros máxima admitida pela norma legal.

Ainda assim, a GUARUJÁ PREVIDÊNCIA avaliará a execução de estudos que evidenciem, no longo prazo, qual a real situação financeiro-atuarial do plano de benefícios previdenciários.

6 ESTRUTURA DE GESTÃO DOS ATIVOS

De acordo com as hipóteses previstas na Resolução CMN nº 3.922/2010, a aplicação dos ativos será realizada por gestão própria, terceirizada ou mista.

Para a vigência desta Política de Investimentos, a gestão das aplicações dos recursos da GUARUJÁ PREVIDÊNCIA será **própria**.

6.1 GESTÃO PRÓPRIA

A adoção deste modelo de gestão significa que o total dos recursos ficará sob a responsabilidade do RPPS, com profissionais qualificados e certificados por entidade de certificação reconhecida pelo Ministério da Previdência Social, conforme exigência da Portaria MPS nº 519, de 24 de agosto de 2011, e contará com Comitê de Investimentos como órgão participativo do processo decisório, com o objetivo de gerenciar a aplicação de recursos, escolhendo os ativos, delimitando os níveis de riscos, estabelecendo os prazos para as aplicações, sendo obrigatório o Credenciamento de administradores e gestores de fundos de investimentos junto ao RPPS.

O RPPS tem ainda a prerrogativa da contratação de empresa de consultoria, de acordo com os critérios estabelecidos na Resolução CMN nº 3.922/2010, para prestar assessoramento às aplicações de recursos.

Fica condicionado a contratação de empresa de consultoria a não receber qualquer remuneração, benefício ou vantagem que potencialmente prejudiquem a independência na prestação de serviço, bem como não figure como emissor de ativos ou atue na origem e estruturação de produtos de investimentos.

6.2 ÓRGÃOS DE EXECUÇÃO

Compete ao Comitê de Investimentos a elaboração da Política de Investimento, que deve submetê-la para aprovação ao Conselho Deliberativo, órgão superior competente para definições estratégicas do RPPS. Essa estrutura garante a demonstração

Endereço: Av. Ademar de Barros, 230 cj 03- Santo Antônio - Guarujá/SP CEP: 11430-000

Tel.: (13) 3387-3940 - Horário: Das 09:00 as 17:00

E-mail: contao@guarujaprevidencia.com.br

Site: guarujaprevidencia.com.br

da segregação de funções adotadas pelos órgãos de execução, estando em linha com as práticas de mercado para uma boa governança corporativa.

Esta política de investimentos estabelece as diretrizes a serem tomadas pelo comitê de investimentos na gestão dos recursos, visando atingir e obter o equilíbrio financeiro e atuarial com a solvabilidade do plano.

7 CONTROLE DE RISCO

É relevante mencionar que qualquer aplicação financeira estará sujeita à incidência de fatores de risco que podem afetar adversamente o seu retorno, entre eles:

- **Risco de Mercado** – é o risco inerente a todas as modalidades de aplicações financeiras disponíveis no mercado financeiro; corresponde à incerteza em relação ao resultado de um investimento financeiro ou de uma carteira de investimento, em decorrência de mudanças futuras nas condições de mercado. É o risco de variações, oscilações nas taxas e preços de mercado, tais como taxa de juros, preços de ações e outros índices. É ligado às oscilações do mercado financeiro.
- **Risco de Crédito** - também conhecido como risco institucional ou de contraparte, é aquele em que há a possibilidade de o retorno de investimento não ser honrado pela instituição que emitiu determinado título, na data e nas condições negociadas e contratadas;
- **Risco de Liquidez** - surge da dificuldade em se conseguir encontrar compradores potenciais de um determinado ativo no momento e no preço desejado. Ocorre quando um ativo está com baixo volume de negócios e apresenta grandes diferenças entre o preço que o comprador está disposto a pagar (oferta de compra) e aquele que o vendedor gostaria de vender (oferta de venda). Quando é necessário vender algum ativo num mercado ilíquido, tende a ser difícil conseguir realizar a venda sem sacrificar o preço do ativo negociado.

7.1 CONTROLE DO RISCO DE MERCADO

O RPPS adota o VaR - Value-at-Risk para controle do risco de mercado, utilizando os seguintes parâmetros para o cálculo do mesmo:

- Modelo paramétrico;
- Intervalo de confiança de 95% (noventa e cinco por cento);
- Horizonte temporal de 21 dias úteis.

Como parâmetro de monitoramento para controle do risco de mercado dos ativos que compõe a carteira, os membros do Comitê de Investimentos deverão observar as referências abaixo estabelecidas e realizar reavaliação destes ativos sempre que as referências pré-estabelecidas forem ultrapassadas.

- Segmento de Renda Fixa: 2,5% (dois e meio por cento) do valor alocado neste segmento.
- Segmento de Renda Variável: 8% (oito por cento) do valor alocado neste segmento.

Como instrumento adicional de controle, o RPPS monitora a rentabilidade do fundo em janelas temporais (mês, ano, três meses, seis meses, doze meses e vinte e quatro meses), verificando o alinhamento com o “benchmark” estabelecido na política de investimentos do fundo. Desvios significativos deverão ser avaliados pelos membros do Comitê de Investimentos do RPPS, que decidirá pela manutenção, ou não, do investimento.

7.2 CONTROLE DO RISCO DE CRÉDITO

Na hipótese de aplicação de recursos financeiros do RPPS, em Fundos de Investimentos em Direitos Creditórios (FIDC) e Fundos de Investimentos em Cotas de Fundos de Investimentos em Direitos Creditórios (FICFIDC) serão considerados como de baixo risco os que estiverem de acordo com a tabela abaixo:

AGÊNCIA CLASSIFICADORA DE RISCO	RATING MÍNIMO
STANDARD & POORS	BBB+ (perspectiva estável)
MOODY'S	Baa1 (perspectiva estável)
FITCH RATING	BBB+ (perspectiva estável)
AUSTIN RATING	A (perspectiva estável)
SR RATING	A (perspectiva estável)
LF RATING	A (perspectiva estável)
LIBERUM RATING	A (perspectiva estável)

As agências classificadoras de risco supracitadas estão devidamente autorizadas a operar no Brasil e utilizam o sistema de "rating" para classificar o nível de risco de uma instituição, fundo de investimentos e dos ativos integrantes de sua carteira.

7.3 CONTROLE DO RISCO DE LIQUIDEZ

Nas aplicações em fundos de investimentos constituídos sob a forma de condomínio fechado, e nas aplicações cuja soma do prazo de carência (se houver) acrescido ao prazo de conversão de cotas ultrapassarem em 365 dias, a aprovação do investimento deverá ser precedida de uma análise que evidencie a capacidade do RPPS em arcar com o fluxo de despesas necessárias ao cumprimento de suas obrigações atuariais, até a data da disponibilização dos recursos investidos.

8 POLÍTICA DE TRANSPARÊNCIA

As informações contidas na Política de Investimentos e em suas revisões deverão ser disponibilizadas aos interessados, no prazo de trinta dias, contados de sua aprovação, observados os critérios estabelecidos pelo Ministério da Fazenda, Secretaria de Política Previdênciã Social. À vista da exigência contida no art. 4º, incisos I, II, III e IV, parágrafo primeiro e segundo e ainda, art. 5º da Resolução CMN nº 3.922/2010, a Política de Investimentos deverá ser disponibilizada no site do RPPS, Diário Oficial do Município ou em local de fácil acesso e visualização, sem prejuízo de outros canais oficiais de comunicação.

9 CRITÉRIOS PARA CREDENCIAMENTO

Seguindo a Portaria MPS nº 519, de 24 de agosto de 2011, na gestão própria, antes da realização de qualquer operação, o RPPS, na figura de seu Comitê de Investimentos, deverá assegurar que as instituições financeiras escolhidas para receber as aplicações tenham sido objeto de prévio credenciamento.

Para tal credenciamento, deverão ser observados, e formalmente atestados pelo representante legal do RPPS e submetido à aprovação do Comitê de Investimentos, no mínimo, quesitos como:

- a) atos de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo Banco Central do Brasil ou Comissão de Valores Mobiliários ou órgão competente;
- b) observação de elevado padrão ético de conduta nas operações realizadas no mercado financeiro e ausência de restrições que, a critério do Banco Central do Brasil, da Comissão de Valores Mobiliários ou de outros órgãos competentes desaconselhem um relacionamento seguro;
- c) regularidade fiscal e previdenciária.

Quando se tratar de fundos de investimento, o credenciamento previsto recairá sobre a figura do gestor e do administrador do fundo.

9.1 PROCESSO DE SELEÇÃO E AVALIAÇÃO DE ESTORES/ADMINISTRADORES

Nos processos de seleção dos Gestores/Administradores, devem ser considerados os aspectos qualitativos e quantitativos, tendo como parâmetro de análise no mínimo:

- a) Tradição e Credibilidade da Instituição – envolvendo volume de recursos administrados e geridos, no Brasil e no exterior, capacitação profissional dos agentes envolvidos na administração e gestão de investimentos do fundo, que incluem formação acadêmica continuada, certificações, reconhecimento público etc., tempo de atuação e maturidade desses agentes na atividade, regularidade da manutenção da equipe, com base na rotatividade dos profissionais e na tempestividade na reposição, além de outras informações relacionadas com a administração e gestão de investimentos que permitam identificar a cultura fiduciária da instituição e seu compromisso com princípios de responsabilidade nos investimentos e de governança;

b) **Gestão do Risco** – envolvendo qualidade e consistência dos processos de administração e gestão, em especial aos riscos de crédito – quando aplicável – liquidez, mercado, legal e operacional, efetividade dos controles internos, envolvendo, ainda, o uso de ferramentas, softwares e consultorias especializadas, regularidade na prestação de informações, atuação da área de “compliance”, capacitação profissional dos agentes envolvidos na administração e gestão de risco do fundo, que incluem formação acadêmica continuada, certificações, reconhecimento público etc., tempo de atuação e maturidade desses agentes na atividade, regularidade da manutenção da equipe de risco, com base na rotatividade dos profissionais e na tempestividade na reposição, além de outras informações relacionadas com a administração e gestão do risco;

c) **Avaliação de aderência dos Fundos aos indicadores de desempenho (Benchmark) e riscos** – envolvendo a correlação da rentabilidade com seus objetivos e a consistência na entrega de resultados no período mínimo de dois anos anteriores ao credenciamento;

Entende-se que os fundos possuem uma gestão discricionária, na qual o gestor decide pelos investimentos que vai realizar, desde que respeitando o regulamento do fundo e as normas aplicáveis aos RPPS.

O Credenciamento se dará, única e exclusivamente, de forma digital, inclusive na apresentação da documentação e Certidões requisitadas, por meio do sistema eletrônico utilizado pelo RPPS conforme procedimento:

a) **As Instituições Gestoras e Administradoras de Fundos de Investimentos, deverão enviar um e-mail, para o endereço contato@siru.com.br, solicitando formalmente, o envio de “Login” e “Senha de Acesso” para poder efetuar o Credenciamento;**

b) **O “Login” e a “Senha de Acesso” será disponibilizado, também por e-mail enviado a Instituição Interessada, em até 24 (vinte e quatro) horas úteis, do recebimento do e-mail de requisição do item anterior;**

c) **De posse do “Login” e da “Senha de Acesso”, as Instituições Gestoras e Administradoras de Fundos de Investimentos deverão acessar o Portal www.siru.com.br, acessar o sistema no tópico “Acesso Restrito”, anexar a**

Endereço: Av. Adhemar de Barros, 230 cj 03- Santo Antônio – Guarujá/SP CEP: 11430-000

Tel.: (13) 3387-3940 - Horário: **Das 09:00 as 17:00**

E-mail: contao@guarujaprevidencia.com.br

Site: guarujaprevidencia.com.br

documentação e preencher os dados dispostos neste edital e requisitados no sistema, seguindo as instruções disponibilizadas no Anexo I.

Encontra-se qualificado para participar do processo seletivo qualquer empresa gestora de recursos financeiros autorizada a funcionar pelo órgão regulador (Banco Central do Brasil ou Comissão de Valores Mobiliários), sendo considerada como elegível a gestora/administradora que atender ao critério de avaliação de Qualidade de Gestão dos Investimentos.

10 PRECIFICAÇÃO DE ATIVOS

Os princípios e critérios de precificação para os ativos e os fundos de investimentos que compõe ou que virão a compor a carteira de investimentos da Guarujá Previdência, deverão seguir o critério de precificação de marcação a mercado (MaM).

10.1 METODOLOGIA

O processo de marcação a mercado consiste em atribuir um preço justo a um determinado ativo ou derivativo, seja pelo preço de mercado, caso haja liquidez, ou seja, na ausência desta, pela melhor estimativa que o preço do ativo teria em uma eventual negociação.

10.2 CRITÉRIOS DE PRECIFICAÇÃO

10.2.1 TÍTULOS PÚBLICOS FEDERAIS

São ativos de renda fixa emitidos pelo Tesouro Nacional, que representam uma forma de financiar a dívida pública e permitem que os investidores emprestem dinheiro para o governo, recebendo em troca uma determinada rentabilidade. Possuem diversas características como: liquidez diária, baixo custo, baixíssimo risco de crédito, e a solidez de uma instituição enorme por trás.

Como fonte primária de dados, a curva de títulos em reais, gerada a partir da taxa indicativa divulgada pela ANBIMA e a taxa de juros divulgada pelo Banco Central, encontramos o valor do preço unitário do título público.

Através do preço unitário divulgado no extrato do custodiante, multiplicado pela quantidade de títulos públicos detidos pelo regime, obtivemos o valor a mercado do título público na carteira de investimentos. Abaixo segue fórmula:

$$Vm = PU_{Atual} * Qt_{título}$$

Onde:

V_m = valor de mercado

PU_{atual} = preço unitário atual

$Qt_{títulos}$ = quantidade de títulos em posse do regime

10.2.2 FUNDOS DE INVESTIMENTOS

A Instrução CVM 555 dispõe sobre a constituição, a administração, o funcionamento e a divulgação de informações dos fundos de investimento.

O investimento em um fundo de investimento, portanto, confere domínio direto sobre fração ideal do patrimônio dado que cada cotista possui propriedade proporcional dos ativos inerentes à composição de cada fundo, sendo inteiramente responsável pelo ônus ou bônus dessa propriedade.

Através de divulgação pública e oficial, calcula-se o retorno do fundo de investimentos auferindo o rendimento do período, multiplicado pelo valor atual. Abaixo segue fórmula:

$$retorno = (1 + S_{anterior}) * Rend_{fundo}$$

Onde:

Retorno: valor da diferente do montante aportado e o resultado final do período

$S_{anterior}$: saldo inicial do investimento

$Rend_{fundo}$: rendimento do fundo de investimento em um determinado período (em percentual)

Para auferir o valor aportado no fundo de investimento quanto a sua posição em relação a quantidade de cotas, calcula-se:

$$V_{atual} = V_{cota} * Qt_{cotas}$$

Onde:

V_{atual} : valor atual do investimento

V_{cota} : valor da cota no dia

Qt_{cotas} : quantidade de cotas adquiridas mediante aporte no fundo de investimento

Em caso de fundos de investimento imobiliários (FII), onde consta ao menos uma negociação de compra e venda no mercado secundário através de seu *ticker*; esse será calculado através do valor de mercado divulgado no site do BM&FBOVESPA; caso

contrário, será calculado a valor de cota, através de divulgado no site da Comissão de Valores Mobiliários – CVM.

10.2.3 TÍTULOS PRIVADOS

Título privados são títulos emitidos por empresas privadas visando à captação de recursos.

As operações compromissadas lastreadas em títulos públicos são operações de compra (venda) com compromisso de revenda (recompra). Na partida da operação são definidas a taxa de remuneração e a data de vencimento da operação. Para as operações compromissadas sem liquidez diária, a marcação a mercado será em acordo com as taxas praticadas pelo emissor para o prazo do título e, adicionalmente, um *spread* da natureza da operação. Para as operações compromissadas negociadas com liquidez diária, a marcação a mercado será realizada com base na taxa de revenda/recompra na data.

Os certificados de depósito bancário (CDBs) são instrumentos de captação de recursos utilizados por instituições financeiras, os quais pagam ao aplicador, ao final do prazo contratado, a remuneração prevista, que em geral é flutuante ou pré-fixada, podendo ser emitidos e registrados na CETIP.

Os CDBs pré-fixados são títulos negociados com ágio/deságio em relação à curva de juros em reais. A marcação do CDB é realizada descontando o seu valor futuro pela taxa pré-fixada de mercado acrescida do *spread* definido de acordo com as bandas de taxas referentes ao prazo da operação e rating do emissor.

Os CDBs pós-fixados são títulos atualizados diariamente pelo CDI, ou seja, pela taxa de juros baseada na taxa média dos depósitos interbancários de um dia, calculada e divulgada pela CETIP. Geralmente, o CDI é acrescido de uma taxa ou por percentual *spread* contratado na data de emissão do papel. A marcação do CDB é realizada descontando o seu valor futuro projetado pela taxa pré-fixada de mercado acrescida do *spread* definido de acordo com as faixas de taxas em vigor.

10.2.4 POUPANÇA

Para método de apuração para os investimentos em depósitos de poupança, calcula-se a taxa referencial usada no dia do depósito. Se a Selic estiver em 8,5% ao ano ou menos do que isso, a poupança irá render 70% da Selic mais a TR. Já no caso da Selic ficar acima de 8,5% ao ano, a rentabilidade é composta pela TR mais 0,5% ao mês.

10.3 FONTES PRIMÁRIAS DE INFORMAÇÕES

Como os procedimentos de marcação a mercado são diários, como norma e sempre que possível, adotam-se preços e cotações das seguintes fontes:

- Títulos Públicos Federais e debentures: Taxas Indicativas da ANBIMA – Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (http://www.anbima.com.br/pt_br/index.htm);
- Cotas de fundos de investimentos: Comissão de Valores Mobiliários – CVM (<http://www.cvm.gov.br/>);
- Ações, opções sobre ações líquidas e termo de ações: BM&FBOVESPA (http://www.bmfbovespa.com.br/pt_br/); e
- Certificado de Depósito Bancário – CDB: CETIP (<https://www.cetip.com.br/>).

11 CONTROLES INTERNOS

Antes das aplicações, a gestão do RPPS deverá verificar, no mínimo, aspectos como: enquadramento do produto quanto às exigências legais, seu histórico de rentabilidade, riscos e perspectiva de rentabilidade satisfatória no horizonte de tempo.

Todos os ativos e valores mobiliários adquiridos pelo RPPS deverão ser registrados nos Sistemas de Liquidação e Custódia: SELIC, CETIP ou Câmaras de Compensação autorizadas pela CVM.

A gestão do RPPS sempre fará a comparação dos investimentos com a sua meta atuarial para identificar aqueles com rentabilidade insatisfatória, ou inadequação ao cenário econômico, visando possíveis indicações de solicitação de resgate.

Com base nas determinações da Portaria MPS nº 170, de 26 de abril de 2012, alterada pela Portaria MPS nº 440, de 09 de outubro de 2013, foi instituído o Comitê de Investimentos no âmbito do RPPS, com a finalidade de participar no processo decisório quanto à formulação e execução da política de investimentos, resgates e aplicações dos recursos financeiros resultantes de repasses de contribuições previdenciárias dos órgãos patrocinadores, de servidores ativos, inativos e pensionistas, bem como de outras receitas do RPPS.

Compete ao Comitê de Investimentos, orientar a aplicação dos recursos financeiros e a operacionalização da Política de Investimentos do RPPS. Ainda dentro de suas atribuições, é de sua competência:

- I - garantir o cumprimento da legislação e da política de investimentos;

- II - avaliar a conveniência e adequação dos investimentos;
- III - monitorar o grau de risco dos investimentos;
- IV - observar que a rentabilidade dos recursos esteja de acordo com o nível de risco assumido pela entidade;
- V - garantir a gestão ética e transparente dos recursos.

Sua atuação será pautada na avaliação das alternativas de investimentos com base nas expectativas quanto ao comportamento das variáveis econômicas e ficará limitada às determinações desta Política.

Serão avaliados pelos responsáveis pela gestão dos recursos da GUARUJÁ PREVIDÊNCIA, relatórios de acompanhamento das aplicações e operações de aquisição e venda de títulos, valores mobiliários e demais ativos alocados nos diversos segmentos de aplicação. Esse relatório será elaborado trimestralmente e terá como objetivo documentar e acompanhar a aplicação de seus recursos.

Os relatórios supracitados serão mantidos e colocados à disposição do Ministério da Previdência Social, Tribunal de Contas do Estado, Conselho Fiscal e de Administração e demais órgãos fiscalizadores.

Caberá ao Comitê de Investimentos do RPPS acompanhar a Política de Investimentos e sua aderência legal analisando a efetiva aplicação dos seus dispositivos.

As operações realizadas no mercado secundário (compra/venda de títulos públicos) deverão ser realizadas através de plataforma eletrônica autorizada, Sisbex da BM&F e CetipNet da Cetip que já atendem aos pré-requisitos para oferecer as rodas de negociação nos moldes exigidos pelo Tesouro Nacional e pelo Banco Central. O RPPS deverá ainda, realizar o acompanhamento de preços e taxas praticados em tais operações e compará-los aos preços e taxas utilizados como referência de mercado (ANBIMA).

Dentro da vigência do contrato que o RPPS mantém com a empresa de consultoria de investimentos, está contemplada a consulta às oportunidades de investimentos a serem realizados no âmbito desta política de investimentos.

É importante ressaltar que, seja qual for à alocação de ativos, o mercado poderá apresentar períodos adversos, que poderão afetar ao menos parte da carteira. Portanto, é imperativo observar um horizonte de tempo que possa ajustar essas flutuações e permitir a recuperação da ocorrência de ocasionais perdas. Desta forma, o RPPS deve

Endereço: Av. Adhemar de Barros, 230 cj 03- Santo Antônio - Guarujá/SP CEP: 11430-000

Tel.: (13) 3387-3940 - Horário: Das 09:00 as 17:00

E-mail: contao@guarujaprevidencia.com.br

Site: guarujaprevidencia.com.br

manter-se fiel à política de investimentos definida originalmente a partir do seu perfil de risco.

E, de forma organizada, remanejar a alocação inicial em momentos de alta (vendendo) ou baixa (comprando) com o objetivo de rebalancear sua carteira de investimentos. Três virtudes básicas de um bom investidor são fundamentais: disciplina, paciência e diversificação.

As aplicações realizadas pelo RPPS passarão por um processo de análise, para o qual serão utilizadas algumas ferramentas disponíveis no mercado, como o histórico de cotas de fundos de investimentos, abertura de carteira de investimentos, informações de mercado on-line, pesquisa em sites institucionais e outras.

Além de estudar o regulamento e o prospecto dos fundos de investimentos, será feita uma análise do gestor/administrador e da taxa de administração cobrada, dentre outros critérios. Os investimentos serão constantemente avaliados através de acompanhamento de desempenho, da abertura da composição das carteiras e avaliações de ativos.

As avaliações são feitas para orientar as definições de estratégias e as tomadas de decisões, de forma a aperfeiçoar o retorno da carteira e minimizar riscos.

12 DISPOSIÇÕES GERAIS

A presente Política de Investimentos poderá ser revista no curso de sua execução e monitorada no curto prazo, a contar da data de sua aprovação pelo órgão superior competente do RPPS, sendo que o prazo de validade compreenderá o ano de 2018.

Reuniões extraordinárias junto ao Comitê de Investimentos RPPS serão realizadas sempre que houver necessidade de ajustes nesta política de investimentos perante o comportamento/conjuntura do mercado, quando se apresentar o interesse da preservação dos ativos financeiros e/ou com vistas à adequação à nova legislação.

Deverão estar certificados os responsáveis pelo acompanhamento e operacionalização dos investimentos do RPPS, através de exame de certificação organizado por entidade autônoma de reconhecida capacidade técnica e difusão no mercado brasileiro de capitais, cujo conteúdo abrangerá, no mínimo, o contido no anexo a Portaria MPAS nº 519, de 24 de agosto de 2011.

A comprovação da habilitação ocorrerá mediante o preenchimento dos campos específicos constantes do Demonstrativo da Política de Investimentos - DPIN e do Demonstrativo de Aplicações e Investimentos dos Recursos - DAIR.

As Instituições Financeiras que operem e que venham a operar com o RPPS poderão, a título institucional, oferecer apoio técnico através de cursos, seminários e workshops ministrados por profissionais de mercado e/ou funcionários das Instituições para capacitação de servidores e membros dos órgãos colegiados do RPPS; bem como, contraprestação de serviços e projetos de iniciativa do RPPS, sem que haja ônus ou compromisso vinculados aos produtos de investimentos.

Ressalvadas situações especiais a serem avaliadas pelo Comitê de Investimentos do RPPS (tais como fundos fechados, fundos abertos com prazos de captação limitados), os fundos elegíveis para alocação deverão apresentar série histórica de, no mínimo, 6 (seis) meses, contados da data de início de funcionamento do fundo.


Casos omissos nesta Política de Investimentos remetem-se à Resolução CMN nº 3.922/2010 e suas alterações, e à Portaria MPS nº 519, de 24 de agosto de 2011 e suas alterações.

É parte integrante desta Política de Investimentos, cópia da Ata do órgão superior competente que aprova o presente instrumento, devidamente assinada por seus membros.

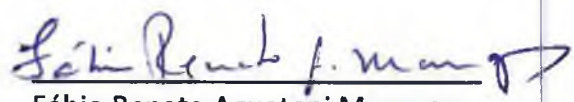
Guarujá, 11 de dezembro de 2017.



Válder Suman
Prefeito do Município de Guarujá



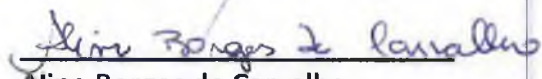
Everton Santana
Diretor Presidente da Guarujá Previdência



Fábio Renato Aguetoni Marques
Presidente do Conselho de Administração da Guarujá Previdência



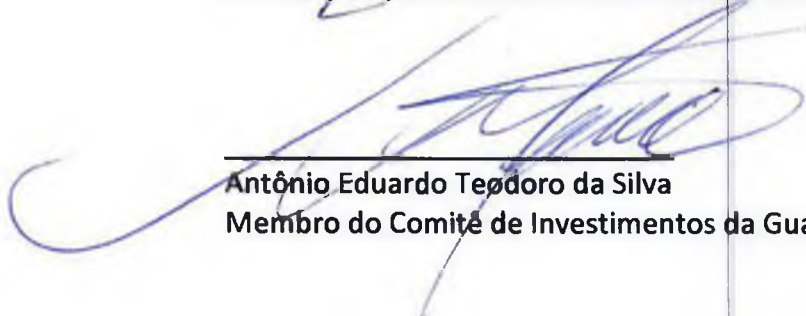
Nelson de Souza
Gestor do Comitê de Investimentos da Guarujá Previdência



Aline Borges de Carvalho
Membro do Comitê de Investimentos da Guarujá Previdência



Lucielma Ferreira Feitosa
Membro do Comitê de Investimentos da Guarujá Previdência



Antônio Eduardo Teodoro da Silva
Membro do Comitê de Investimentos da Guarujá Previdência



09/04/18
Gob. SP
039



**GUARUJÁ PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DO
MUNICÍPIO DE GUARUJÁ**

Guarujá Previdência

OFÍCIO nº. 196/2.017 – PRES.

Guarujá, 28 de dezembro de 2.017.

Senhor Prefeito,

Com meus cordiais cumprimentos, sirvo-me do presente para informar a V. Ex^a. Que devido a alteração de representação na Presidência da Guarujá Previdência, reenvio o Demonstrativo da Política de Investimentos – DPIN 2018, já com as alterações previstas pela Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 3.922/2010 através da Resolução CMN nº 4.604/2017, que dispõe sobre as aplicações dos recursos dos Regimes Próprios de Previdência Social instituídos pela União, Estados Distrito Federal e Municípios.

Como disposto no artigo 18, inciso IV e artigo 33 inciso XII da L.C. 179/2015, que submete ao conselho de Administração a deliberação sobre a Política de Investimentos e assim sendo, deliberado pelo colegiado em sua Ata 59^a Reunião Ordinária, em anexo, reencaminho o Demonstrativo da Política de Investimentos – DPIN 2018, para Vosso conhecimento e Assinatura, a qual será, posteriormente, enviada para o Ministério da Previdência Social – através do sistema CADPREV.

Sem mais para o momento, coloco-me à disposição para quaisquer esclarecimentos. Aproveitando a oportunidade para renovar nossos protestos de elevada estima e distinta consideração.

Atenciosamente,

EVERTON SANT' ANA
Diretor Presidente

Excelentíssimo Senhor
VÁLTER SUMAN
Prefeito Municipal de Guarujá

**ATA DA 59ª (QUINQUAGÉSIMA NONA) REUNIÃO ORDINÁRIA DO
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA AUTARQUIA PREVIDENCIÁRIA DO
MUNICÍPIO DE GUARUJÁ – GUARUJÁ PREVIDÊNCIA**

Aos vinte e dois dias do mês de novembro do ano de dois mil e dezessete, reuniram-se ordinariamente nas dependências da sala de reuniões da sede da Autarquia Guarujá Previdência, situada na Av. Adhemar de Barros, nº 230, conjunto 03, sala 43 - Santo Antônio, nesta cidade de Guarujá, em atenção ao edital de convocação publicado no Diário Oficial de 19 de novembro de 2017, com republicação por incorreção no dia 22 do corrente mês, em segunda chamada, às 08h30 (oito horas e trinta minutos), os membros do Conselho de Administração da Autarquia Guarujá Previdência, a saber: **Representantes Titulares dos servidores ativos do Poder Executivo:** Alexandre Santos de Brito, Edler Antonio da Silva, Fernando Luiz Ventura, Roberto Jamir de Aguiar e Rosângela Andrade da Silveira. **Representante titular dos servidores ativos da Câmara Municipal:** Rogelio Laurindo Rodriguez. **Representante titular dos servidores inativos:** Manoel Antônio Tomaz. **Representantes titulares da Administração Pública Direta, Autárquica e Fundacional do Município:** Fábio R. A. Marques e José Agnaldo Beghini de Carvalho. **Faltas:** Marcelo Tadeu do Nascimento e Adalberto Ferreira da Silva. **Convidados, convocados ou autorizados para que de alguma forma possam prestar esclarecimentos pertinentes às matérias em pauta:** Lucielma Ferreira Feitosa. **Conselheiros Suplentes:** não houve. **SEÇÃO – I: FASE DE EXPEDIENTE (art. 24 do Regimento Interno):** A) Verificação de quórum: o Secretário da Mesa iniciou os trabalhos constatando haver o quórum estabelecido pelo regimento para abertura da reunião; B) Abertura da palavra para os conselheiros que se inscreveram junto ao secretário geral da mesa diretora para a discussão das matérias presentes na pauta durante a Ordem do Dia: todos se inscreveram. C) Abertura da palavra para relatos e comunicações primeiramente aos membros da Mesa Diretora e, na sequência, aos conselheiros por prévia ordem de

inscrição realizada junto ao secretário geral da mesa diretora: Presidente da mesa: Fabio Renato Aguetoni Marques relata a participação de parte do conselho de Administração no curso de contabilidade aplicada ao RPPS, patrocinado pela empresa CONAM, ocorrido nos últimos dias 26 e 27 de outubro em São Paulo; Secretário da Mesa: Roberto Jamir de Aguiar informa que na 58ª reunião ordinária onde se lê: ofício 154/2017, leia-se ofício 145/2017; O Conselheiro Alexandre Santos de Brito: Informa que esteve no 2º Encontro de Previdência, que foi realizado na AFPEP, dia 16 de novembro, onde haviam poucos servidores. Gostaria de que se alterasse o modelo de informação ao servidor sobre a previdência, com a metodologia da Previdência ir até o servidor, em locais de muita circulação. Cabe lembrar que o Paço Raphael Vitiello e a Medicina do Trabalho são locais de grande circulação de servidores e poderiam ser utilizados para plantões da Previdência. O Conselheiro Edler Antonio da Silva: 1) Relata que participou de audiência, juntamente com o Conselheiro Alexandre Santos de Brito, pelo Sindicato dos Funcionários Públicos da Prefeitura de Guarujá, na Secretaria de RPPS do Ministério da Fazenda no dia 14 de novembro de 2017, para tratar de vários assuntos relacionados ao RPPS de Guarujá, principalmente quanto à aposentadoria com integralidade e paridade, déficit atuarial e base de contribuição previdenciária. 2 – Relata que no dia 16 de novembro de 2017, participou do 2º Encontro de Previdência e na palestra sobre o equilíbrio financeiro e atuarial, ministrada pelo atuário do RPPS de Guarujá, desde 2012, Júlio Machado Passos, da VPA Soluções Atuariais, perguntou ao palestrante se os cálculos atuariais contemplavam as aposentadorias por integralidade e paridade. A resposta do atuário foi que não tinha certeza e que no prazo de uma semana providenciaria uma resposta. Porém, a resposta foi, no mínimo, estranha, considerando que as disposições de toda documentação atuarial do RPPS, contemplam esta forma de fixação e cálculo de proventos; considerando, ainda, que no mesmo dia, o atuário reuniu-se com a presidente da autarquia e secretário municipais para tratar do tema. D)

EXPEDIENTES ENCAMINHADOS:

Ofício 059/2017 à secretaria de Educação agradecendo a participação da Prof.^a Rosangela Andrade da Silveira, no 5º Congresso Brasileiro de Conselheiros de RPPS; ofício 061/2017 à secretaria de saúde agradecendo a participação do servidor Alexandre Santos de Brito, no 5º Congresso Brasileiro de Conselheiros de RPPS; ofício 062/2017 a secretaria de saúde sobre a participação do servidor Alexandre Santos de Brito no 5º Congresso Brasileiro de Conselheiros de RPPS; Ofício nº 0,63/2017 a Presidência da Autarquia Guarujá Previdência referente a prestação de esclarecimentos pelo procurador jurídico da Autarquia acerca da consideração da integralidade e da paridade na formação de proventos de aposentadoria do RPPS de Guarujá; ofício 064/2017 a Presidência da Autarquia Guarujá Previdência, prestação de esclarecimentos do técnico atuário da autarquia Guarujá Previdência; ofício 065/2017 2017 à secretaria de Educação sobre a participação da Prof.^a Rosangela Andrade da Silveira, no 5º Congresso Brasileiro de Conselheiros de RPPS; **E) EXPEDIENTES RECEBIDOS:** acusado o recebimento dos documentos: a) Memorando 015/2017 do Conselho Fiscal em resposta ao memorando nº 002/2017 deste conselho; memorando 016/2017 do Conselho Fiscal sobre o pagamento de multas, juros e correções sobre os valores pagos com atraso pelo ente patronal; Ofício nº 158/2017 da Diretora Presidente sobre a reprovação do relatório da Diretoria Executiva do mês de Agosto 2017; Resposta do Sr. Júlio Machados Passos, atuário da autarquia, sobre questionamentos deste conselho; ofício nº 165/2017 da Diretora Presidente em resposta ao ofício nº 053/2017 deste conselho; documento encaminhado pelo servidor Gerson Viana da Silva sobre o Decreto nº 12.362/2017 e índices de adicional de insalubridade; **F) EXPEDIENTES PENDENTES:** memorando 001/2017 ao Conselho Fiscal; ofício nº 054/2017 a Diretoria Executiva da Guarujá Previdência; ofício nº 056/2017 a Diretoria Executiva da Guarujá Previdência; ofício nº 057/2017 Diretoria Executiva da Guarujá Previdência. **SEÇÃO – II: FASE DA ORDEM DO DIA:** (arts. 25 e 26 do Regimento Interno). Leitura pelo secretário Geral da mesa diretora, das matérias constantes da pauta: realizada a leitura. O Presidente, por força regimental, deu

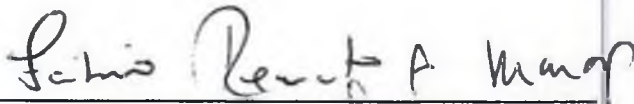
andamento à ordem do dia. **1) Leitura do Relatório Mensal do Conselho Fiscal (referente ao mês de agosto de 2017):** a leitura foi dispensada por deliberação do conselho, pois foi realizada pelos conselheiros quando do recebimento do relatório por e-mail. **1.1 – apontamentos dos Conselheiros:** O Presidente do Conselho Administrativo informa que a Gerente Lucielma Ferreira Feitosa prestou esclarecimentos quanto aos itens 2.3 e 2.7 do relatório do Conselho Fiscal, afirmando que está sendo feita a revisão das datas de pagamentos de benefícios e consequente repasses; O Conselheiro Edler Antonio da Silva: **1) pág. 4** - A diretoria executiva descreve o seguinte: “Esse Relatório é um descritivo mínimo para a prestação de contas mensal, sendo que a documentação disponibilizada não se restringe à anexada a este. Outros documentos comprobatórios podem ser requeridos pelo Conselho Fiscal e pelo Conselho de Administração para que possam deliberar e concluir suas agendas de fiscalização e deliberação, no dia de suas reuniões, ou em encaminhamentos posteriores.” **A)** Solicito o arquivo contendo as contribuições individuais e patronais por segurado para conferência. **B)** Solicito os relatórios gerências de cada uma das gerências da autarquia; **2) pág. 5** - Consta em um quadro o recolhimento da contribuição individual de um segurado do RPPS, servidor ocupante de cargo efetivo da autarquia, no valor de R\$ 399,82 (trezentos e noventa e nove reais e oitenta e dois centavos), porém não consta o referente recolhimento e repasse do valor da contribuição patronal que seria de R\$ 476,14 (quatrocentos e setenta e seis reais e quatorze centavos) A Gerente Lucielma Ferreira Feitosa esclareceu que o repasse da contribuição patronal será procedido no 5º dia útil do mês subsequente; **3) pág. 25** - O item “VI. Atendimento aos segurados”. **A)** Solicito a implantação e divulgação mensal de pesquisa de satisfação do segurado, como existia no período de fundo especial de previdência. **B)** Solicito que conste no relatório um memorial de processos judiciais atendidos pelo setor jurídico da autarquia, por assunto e quantidades. **C)** Solicito a informação de quantos servidores no período de janeiro de 2013 a novembro de 2017 tiveram mais de 2 anos de afastamento por auxílio doença à

cargo da Guarujá Previdência, a fim de verificação se apenas 13 servidores ou mais devem ser submetidos à juntas médicas por excederem 2 anos de afastamento; 4) **pág. 33** - Não consta data de fechamento do relatório da diretoria executiva, nem no início e nem no final do documento. Esse dado torna-se importante devido às diversas informações contidas no relatório do mês de setembro analisado no final do mês de novembro. O Conselheiro Fernando Luiz Ventura indaga o porquê do questionamento da Diretoria da Guarujá Previdência sobre a não aprovação do relatório anterior – mês de agosto – pois foi deliberado na 58ª reunião deste conselho, os apontamentos e deliberado pelo envio de ofícios a Diretoria sobre este assunto; 2) **Retificação de item da Política Anual de investimentos dos recursos previdenciários – ano de 2018**: Encaminhado para deliberação pois o assunto já foi exaustivamente debatido; 3) **Verificação de Processos Pendentes**: o assunto será deliberado em próxima reunião ordinária; 4) **Deliberações deste Conselho**: 4.1) **Deliberações da Ata do Conselho Fiscal (sobre o relatório mensal da Diretoria Executiva referente ao mês de setembro de 2017)**: 4.1.1) Os Conselheiros: Fernando Luiz Ventura, Rosângela Andrade da Silveira, Manoel Antonio Thomas, José Agnaldo Beghini de Carvalho e Rogelio Laurindo Rodriguez aprovaram o relatório, os Conselheiros Alexandre Santos de Brito e Edler Antonio da Silva aprovaram o relatório com ressalvas e o conselheiro Roberto Jamir de Aguiar, por motivo de saúde teve que se ausentar da reunião. Declaração de votos: Conselheiro Edler Antonio da Silva: aprovo o relatório com a ressalva de atendimento das solicitações deste conselheiro constante nesta ata no item 1.1, até a próxima reunião ordinária. O Conselheiro Alexandre Santos de Brito acompanha divergência. 4.1.2 – Por unanimidade fica aprovada a Retificação de item da Política Anual de investimentos dos recursos previdenciários – ano de 2018. **SEÇÃO – III: ASSUNTOS EXTRA PAUTA** (inc. II do art. 26 do Regimento Interno): O conselheiro Alexandre Santos de Brito propõe seja colocada em pauta em próxima reunião, proposta de contratação de auditoria externa, para levantamento do real problema em relação ao equilíbrio atuarial dos anos 2014

a 2017, conforme artigo 40 da C.F.. **Assuntos Gerais: 1) Não houve.** Havendo declarações de voto e nada mais havendo a tratar, o presidente deu por encerrados os trabalhos às 12h15 (doze horas e quinze minutos), e para constar eu, Fernando Luiz Ventura, Vice-Presidente da Mesa Diretora, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, vai assinada por mim, pelo Presidente e pelos demais conselheiros presentes, ficando a próxima reunião ordinária agendada para o dia 20 de dezembro de 2017.

Guarujá, 22 de novembro de 2017.

Representantes Titulares da Administração Pública Direta, Autárquica e Fundacional do Município.



Fábio Renato Aguetoni Marques
Presidente



José Agnaldo Beghini de Carvalho
Conselheiro

Representantes Titulares dos Servidores Ativos do Poder Executivo



Roberto Jamir de Aguiar
Secretário da Mesa Diretora



Fernando Luiz Ventura
Vice-Presidente



Alexandre Santos de Brito
Conselheiro




Edler Antonio da Silva
Conselheiro



Rosângela Andrade da Silveira
Conselheiro

Representante Titular dos Servidores ativos da Câmara Municipal



Rogelio Laurindo Rodriguez
Conselheiro

Representante Titular dos Servidores Inativos



Manoel Antônio Tomaz
Conselheiro